

A TEORIA ADMINISTRATIVA EDUCACIONAL NO BRASIL

A administração escolar como disciplina e prática administrativa, por não ter ainda construído o seu corpo teórico próprio, demonstra em seu conteúdo as características das diferentes escolas da administração de empresas. Percebe-se, assim a aplicação dessas teorias à atividade específica da educação, havendo, portanto, uma relação estreita entre a administração escolar e a administração de empresas.

Os condicionantes que determinam a relação constatada são vistos pelos teóricos da administração de empresas como conseqüências de estudos e pesquisas da sociedade capitalista concorrem para a sua aplicação nas demais organizações.

Ao lado disso, os teóricos da administração escolar, na busca de um grau de cientificidade necessário para comprovar a importância desta disciplina, procuram utilizar-se das teorias da administração de empresas, entendendo que aí encontram fundamentação teórica capaz de promover o funcionamento da organização escolar de acordo com as expectativas da sociedade.

No Brasil, a tendência de adotar os pressupostos da administração de empresas para a educação fica clara quando José Querino Ribeiro, um dos primeiros teóricos da administração escolar brasileira afirma que:

A complexidade alcançada pela escola, exigindo-lha cada vez mais unidade de objetivos e racionalização do seu funcionamento, levou-se a que ela se inspirasse nos estudos de Administração em que o Estado e as empresas privada encontraram elementos para renovar suas dificuldades decorrentes do progresso social. Sendo evidente a semelhança de fatores que criam a necessidade de estudos de administração pública ou privada, a escola teve apenas de encontrar seu último fundamento nos estudos gerais de Administração. (1978, p. 59)

Percebem-se, aqui, dois aspectos concomitantes no processo administrativo: de um lado, os teóricos da administração de empresas esforçando-se em construir uma teoria que, generalizada, seja aplicável na administração de quaisquer organizações e, por outro lado, os teóricos da administração escolar tentando validar suas proposições teóricas em bases científicas, a partir das teorias da administração de empresas e assim assegurar os mesmos padrões de eficiência e racionalização alcançados pelas empresas.

Os pressupostos básicos que estão apoiando as posições assumidas pelos teóricos de administração de empresas e escolar são dois:

1 – As organizações, mesmo com objetivos diferentes, são semelhantes e, portanto, suas estruturas são similares e, como tais, os princípios administrativos podem ser os mesmos, desde que sejam feitas as devidas adaptações para o alcance de suas metas – “generalidade”.

2 – A organização escolar e o sistema escolar como um todo precisam adotar métodos e técnicas de administração que garantam a sua eficiência e atendam aos objetivos estabelecidos pela sociedade – “racionalidade”.

O pressuposto da generalidade, adotado pelos teóricos da administração geral, é corroborado na afirmação, por exemplo, de Querino Ribeiro:

Estamos de acordo com Prihoda e Doltrens no que concerne à convivência do aproveitamento do Taylor-Faylorismo para a formulação de problemas escolares; com Sears, quanto à necessidade de se construir uma teoria da Administração Escolar; com Moheman quanto à condição meramente instrumental da Administração Escolar no sentido de que sua função principal é a de ajustamento das atividades de escolarização à filosofia e à política de educação. (1978, p. 95)

Entretanto, é necessário esclarecer que a similaridade das organizações é resultado da relação que há entre a estrutura econômica da sociedade capitalista e a sua superestrutura jurídico-

político-cultural; a generalidade das teorias da administração de empresas não é resultado do desenvolvimento dos seus estudos capaz de determinar a elaboração de uma teoria que englobe toda a realidade prática administrativa da organização, qualquer que seja a sua natureza.

É a elaboração das teorias da Administração no bojo do capitalismo que determina a sua aplicação generalizada na maior parte das organizações, cujos padrões de eficiência, racionalização, produtividade são determinados, também, pelo próprio modo de produção capitalista. Nesse sentido o que se generaliza é o modo de organização na sociedade capitalista que é legitimado pelas teorias da administração que buscam comprovar 'cientificamente', que este é o modo mais correto e adequado de organizar e administrar (Félix, 1986, p. 76).

Ao lado do princípio da generalidade, difundida pelos teóricos da administração de empresas e acatado pelos teóricos da administração escolar, está outro pressuposto que conta com os mesmos privilégios: "a racionalidade técnica" diretamente ligada à racionalidade econômica que significa a combinação de meios eficazes para obter resultados previstos e desejados e que é entendida pelos técnicos em administração como a adequação entre os meios e os fins.

A utilização desse pressuposto está articulada às determinações socioeconômicas, e, portanto, usada como elemento de manutenção do modo de produção capitalista, porque é um instrumento de expansão do capitalismo.

As análises da maioria dos especialistas em educação não apontam a evidência de que a relação entre a administração de empresas e a administração escolar é o resultado de uma situação historicamente determinada pelo modo de produção capitalista.

Nesse sentido, são adotados os pressupostos da eficiência na consecução dos objetivos educacionais "socialmente" definidos, sem que se proceda a uma análise de determinação concreta desses pressupostos no sistema escolar da sociedade capitalista (Félix. 1986, p. 85)

Outra forma de encarar a administração escolar aparece sob a perspectiva sistêmica, em que as questões internas do aperfeiçoamento da estrutura do sistema escolar estão voltadas para o alcance do equilíbrio interno e externo, determinando assim a sua eficiência pelo alcance dos objetivos definidos pela sociedade, o que demonstra ter a escola cumprindo a sua função social.

A identificação da escola como um sistema social aberto, classificada de acordo com a sua função na sociedade e a adoção de nomenclatura da informática, representada pelos termos input (entrada), output (saída), processo, produto, feed-back (realimentação), resulta na afirmação da racionalidade, na medida em que favorece a centralização das decisões no intuito de torná-la técnicas, a partir da lógica da razão científica, em que a interferência do subjetivismo e, portanto, dos valores não é permitida, ocultando o caráter seletivo do modelo e a não neutralidade como pretende.

Outro aspecto sempre presente na administração escolar brasileira é a burocracia, fundamentada no saber técnico e na espacialização que garantiriam maior racionalidade e conseqüentemente realizariam maior controle.

Assim, a principal função da Administração Escolar, é, tornando o sistema escolar cada vez mais uma estrutura burocrática, permitir ao Estado um controle maior sobre a educação, para adequá-la ao projeto de desenvolvimento econômico do país, descaracterizando-a como atividade humana específica, submetendo-a a uma avaliação cujo critério é a produtividade, no sentido que lhe atribui a sociedade capitalista (Félix, 1986, p. 176).

A administração escolar, no cenário do sistema capitalista, não é, portanto, uma função que tenha autonomia em relação ao contexto econômico, político e social, na medida em que os

diretores de escola não participam do planejamento da educação, não organizam as atividades técnico-pedagógicas, assim como não estão envolvidos na formulação da política educacional.

Claro está que não pretendo negar a importância e a contribuição dos teóricos a partir de Taylor até os contemporâneos, com a compreensão de seu caráter histórico, direcionado aos interesses específicos delineados como bem comum.

Entretanto, são as limitações que a teoria geral da administração impõe à teoria da administração da educação, submetida à condição de ciência aplicada, que exigem dos administradores educacionais urgência no sentido de promover a retomada crítica de suas bases para (re) descobrir a parcialidade de suas práticas, sentir-se historicamente situada e, de posse dessa consciência, inserir-se na totalidade e na concretividade e poder assim desenvolver sua função crítica de desvelamento do discurso ideológico e passar do nível de controle e conformismo, alcançado a marca desejável de libertadora.

Para assumir sua função crítica, a teoria da administração escolar deve atentar para alguns pressupostos indispensáveis: inicialmente, a retomada da especificidade da administração, vinculada à natureza da educação, uma vez que o evidenciamento de sua ação política, que envolve a totalidade das relações sociais é compreendida dialeticamente.

Há que se atentar para o fato de que a natureza do processo educativo não se confunde com a natureza do processo produtivo:

Longe de possuir a lógica da empresa, a organização escolar compreendida dialeticamente não se fundamenta na racionalidade funcional, na hierarquia, na objetividade, na impessoalidade, cujo objetivo é a exploração do trabalho alienado. Sem desconsiderar suas características reprodutoras, a escola, contraditoriamente, pode buscar conhecimento através da relação sujeito-objeto, entendida como processo personalizado, que se dá entre homens independentes, em que se busca a transformação (Zung, 1984, p. 46)

A concepção educacional como processo de “socialização”, compreendida como a produção e a reprodução das relações sociais, tendo em vista apenas o ajustamento e a conversão, admite a lógica da empresa capitalista: a autonomia, a neutralidade, a parcialidade,

Mas, ao aceitar a possibilidade de transformação ante as contradições do processo educativo, surge a politização da ação administrativa, resultante da sua imersão na totalidade; e a democratização do saber, negando a divisão entre teóricos e executores, passa a aceitar a formação do educador político pronto para assumir sua função política. A rejeição à dicotomia fará educadores conscientes de que não há verdade geral, mas verdades históricas, socialmente construída, parciais e provisórias.

A reconceitualização da teoria como um conjunto de proposições resultantes do conforto do sujeito com o objeto numa dada situação reconhece a teoria como parcial, dinâmica, histórica, sem proprietários monopolizadores, mas elaborada por todos os que participam da ação, considerando o administrador como um educador que se preocupa com a organização do trabalho escolar, como um coordenador de homens independentes, capazes de decidir juntos sua ação.

